



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS**

ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0024682-75.2012.815.0011 – 1º Tribunal do Júri da Comarca de Campina Grande

RELATOR: Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

EMBARGANTE: Ronaldo Alves da Silva

ADVOGADOS: Gildásio Alcantara Moraes, OAB/PB 6571 e Adélk Dantas Souza, OAB/PB 19.922

EMBARGADO: A Justiça Pública

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ACÓRDÃO QUE DEU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO DEFENSIVO, AFASTANDO O AUMENTO DE 01 (UM) ANO, CONSEQUÊNCIA DA EXCLUSÃO DAS AGRAVANTES DA REINCIDÊNCIA E, DE TER SIDO O CRIME COMETIDO MEDIANTE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO, MANTENDO A ATENUANTE DA CONFISSÃO, RAZÃO PELA QUAL REDUZIU-SE A PENA, EM 06 (SEIS) MESES E, DIANTE DA AUSÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE PENA, FIXOU A REPRIMENDA DEFINITIVA EM 7 (SETE) ANOS DE RECLUSÃO PELO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, III E IV, DO CÓDIGO PENAL) – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E OBSCURIDADE DO JULGADO – INEXISTÊNCIA – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ ANALISADA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 619 DO CPP – REJEIÇÃO.

— Os embargos prestam-se a esclarecer, se existentes, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no julgado, consoante art. 619 do CPP.

— Segundo iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não está o tribunal obrigado a apreciar todas as teses jurídicas suscitadas pelo recorrente, sendo suficiente a discussão acerca do tema necessário ao julgamento da causa.

— Hão de ser rejeitados os embargos de declaração, quando o embargante claramente tenta rediscutir a matéria de mérito, justificando-se em suposta omissão e contradição no julgado, sendo que, na verdade, todas as matérias apontadas no recurso foram definitivamente julgadas.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos de Embargos de Declaração acima identificados.

ACORDA o Colendo Tribunal de Justiça do Estado, em sessão plenária, **à unanimidade, em rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator, em harmonia com o parecer ministerial.**

RELATÓRIO

Trata-se de **Embargos de Declaração** com fins modificativos e prequestionatórios opostos por **Ronaldo Alves da Silva**, por intermédio de sua defesa constituída, em face do acórdão de fls. 345/349v, que veiculou decisão unânime desta Câmara Criminal, julgando improcedente a Apelação Criminal interposta pelo Ministério Público e, parcialmente procedente, a por ele ajuizada, cuja ementa restou lavrada nos seguintes termos, *verbis*:

“APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO SIMPLES. DO APELO DO *PARQUET*. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS PELO CONSELHO DE SENTENÇA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS (ART. 593, III, "D" DO CPP). ALEGAÇÃO INFUNDADA. DECISÃO DOS JURADOS ASSENTADA EM UMA DAS TESES APRESENTADAS. SOBERANIA DOS VEREDITOS PRESERVADA. DESPROVIMENTO.

- Não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, quando os jurados, no exercício da soberania que lhes cometeu a Constituição Federal, optam por uma das versões apresentadas pela defesa. Assim, havendo, porém, acolhimento de versão fática perfeitamente compatível com a instrução, deve-se prestigiar a soberania dos vereditos do conselho de sentença.

IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. FIXAÇÃO DA PENA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. VALORAÇÃO EQUIVOCADA COM RELAÇÃO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. DECOTE QUE SE IMPÕE. RÉU NÃO REINCIDENTE. EXCLUSÃO DAS AGRAVANTES. MANUTENÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO. REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA. PROVIMENTO PARCIAL.

- As circunstâncias do crime não podem ser tidas como negativas, mesmo porque não estão descritas na dosimetria, tendo o magistrado se limitado à descrição genérica que alude ao *modus operandi* do indigitado, o que não satisfaz ao princípio da individualização da pena.

- Há de se excluir o aumento da pena, concernente à agravante da reincidência, quando se observa, pela certidão de antecedentes criminais do réu, que tal circunstância não se encontra configurada.

– *Na espécie, configurada a atenuante da confissão espontânea prevista na alínea d, do inciso III, do art. 65 do Código Penal, mantém-se a redução respectiva.*

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00246827520128150011, Câmara Especializada Criminal, Relator DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS, j. em 10-04-2018)”

Em sua petição recursal (fls. 351/355), **o embargante sustenta omissão e obscuridade no julgado, sob a alegação de que o acórdão deixou de analisar os argumentos lançados pela defesa, relativos as circunstâncias judiciais da personalidade, conduta social, culpabilidade e motivos do crime, que deveriam ser analisadas positivamente em relação ao embargante**, uma vez que não estava provado o contrário. Além disso, aduz que o Acórdão é omissor *“quando não justifica plenamente as razões da manutenção do regime fechado ao embargante mesmo tendo sua pena diminuída de 10 (anos) para 07 (anos) de prisão, resumindo-se a dizer que existia*

circunstâncias judiciais desfavoráveis ao embargante, precisamente a culpabilidade, a conduta social, a personalidade, os motivos e as consequências do crime e, só!”

Ademais, alega que nenhuma delas foram devidamente motivadas, explicando as razões da excepcionalidade frente ao disposto no art. 33, § 2º, alínea "b" do Código Penal e, que algumas das circunstâncias elencadas como autorizadoras da exceção do regime inicial de cumprimento de pena foram atacadas pela defesa, sem, no entanto, serem enfrentadas e, que, apesar da possibilidade da autoridade judiciária poder alterar no caso concreto é imperioso a motivação a teor do que dispõe a Súmula 719 do STF.

Por fim, sustenta que o Acórdão é omissivo, “por não apreciar as teses defensivas demonstradas e provadas através da desconstrução dos depoimentos mentirosos das testemunhas citadas que, em que pese, afirmarem uma coisa, foram desmarcadas em sede de instrução e julgamento, bem como no plenário do júri”. Assim, requer o conhecimento dos presentes embargos, “declarando-se a omissão nas teses suscitadas pela defesa. modificando-se, no final, o Acórdão, corrigindo-se as referidas omissões, contida no sobredito Acórdão, para ao final sanar as omissões suscitadas e, redimensionar o regime inicial de cumprimento de pena do **FECHADO para o SEMIABERTO**”

Instada a se manifestar, a Procuradoria de Justiça, em suas contrarrazões de fls. 360/367, de lavra do insigne Procurador *Francisco Sagres Macedo Vieira*, requereu a rejeição dos presentes Embargos.

É o relatório.

VOTO:

O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

Inicialmente, observo que os embargos de declaração são instrumentos processuais adequados ao aperfeiçoamento da tutela jurisdicional, dela excluindo os vícios que lhe retirem a clareza – contradição, omissão, obscuridade e ambiguidade – na forma dos arts. 619 e 620 do Código de Processo Penal. É sabido que esse recurso tem o caráter de explicitar, elucidar, ou fazer claro seu alcance e seus fundamentos, corrigindo erros materiais e contradições ou suprimindo suas lacunas.

Após cotejar as alegações da parte embargante e analisando o acórdão atacado, **verifico que os presentes embargos de declaração não merecem acolhimento**, pois inexistente qualquer omissão a ser suprida, contradição a ser sanada ou obscuridade a ser aclarada, consoante o disposto no artigo 619 do Código de Processo Penal.

Embora o embargante entenda inconvenientes as razões e fundamentos de decidir da decisão ora recorrida, nem por isso o julgado tem as deficiências indicadas no art. 619 do CPP (obscuridade, contradição ou omissão).

Na exposição de suas razões, **o embargante apresenta clara insurgência quanto à solução conferida à questão trazida a julgamento por esta Corte. Contudo, seu inconformismo não prospera.**

Da leitura do acórdão vergastado, verifica-se que, **ao contrário do alegado pelo embargante, houve o exame das questões apresentadas no apelo, tendo o aresto concluído que embora correta a condenação do ora embargante, a dosimetria merecia reparos, ao passo que se afastou o aumento de 01 (um) ano, consequência da exclusão das agravantes da reincidência e, de ter sido o crime cometido mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, mantendo a atenuante da confissão, razão pela qual reduziu-se a pena, em 06 (seis) meses. E, diante da ausência de causas de aumento e diminuição de pena, ficou a reprimenda definitiva em 7 (sete) anos de reclusão.**

Embora seja possível a oposição de embargos de declaração com o intuito de prequestionar a matéria, não se pode olvidar que o presente recurso está intimamente vinculado à existência de certos requisitos, sem os quais torna inviável seu acolhimento.

Ademais, é cediço que não se pode discutir, em sede de embargos de declaração, o mérito do acórdão, mas tão-somente a eventual existência de omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade.

Da leitura do recurso, entretanto, percebe-se a evidente intenção do embargante em alterar o mérito do julgado, trazendo à discussão temas já apreciados no corpo da decisão, quais sejam: **dosimetria e *quantum* da pena, bem como o regime de cumprimento.**

Eis como decidiu este colegiado:

“[...] Alega a defesa que houve **valoração equivocada com relação às circunstâncias judiciais. Ponto outro, aduz que, na segunda fase da dosimetria, o magistrado considerou a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência. Entretanto, em vez de compensá-las, agravou a reprimenda em 01 (um) ano, de forma contrária ao entendimento jurisprudencial sobre o tema.**

Destarte, requer a reforma da decisão, para que a pena seja reduzida e o regime inicial modificado para o semiaberto.

Ab initio, da análise dos autos, verifica-se que o magistrado de piso observando o disposto nos art. 59, II e art. 68, ambos do Código Penal, bem como o art. 492, do CPP, e, atentando para as circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, **fixou a pena-base em 9 (nove) anos de reclusão**, patamar superior ao mínimo legal, que é de 06 (seis) anos de reclusão.

O magistrado sentenciante, operou da seguinte forma a valoração das circunstâncias:

“Culpabilidade, entendida como índice de reprovabilidade do agente pelo fato criminoso praticado, vê-se que não se trata de ato isolado na vida do réu; Antecedentes será analisado por oportunidade das agravantes.

Conduta social, abrangendo seu comportamento no trabalho, na vida familiar e no meio onde vive, restou comprovado pelas testemunhas que o réu é uma pessoa agressiva.

Personalidade, como sendo seu caráter, índole, constatou-se que o réu praticou o crime sem qualquer arrependimento e de forma brutal, usando de uma pedra.

Motivos do crime praticado o crime por motivo abjeto, repreensível e repudiado pela sociedade.

Circunstâncias, contata-se como bem alegado pelo MP em suas razões orais, que o crime foi praticado se utilizando de meio cruel, causando um mal

desnecessário à vítima.

Consequências do crime que são os efeitos da conduta para a vítima, são desastrosas, pois retirou a vida da mesma, impedindo que prosseguisse na convivência de amigos e familiares.

Comportamento da vítima não contribuiu para o desfecho trágico que sofreu, apresentando, inclusive, problemas mentais.”

[...]

Vê-se que o magistrado, a seu modo, valorou as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP na primeira fase de aplicação da pena, interpretando, com exceção dos antecedentes - que deixou para analisar por oportunidade das agravantes, valorou as circunstâncias judiciais de forma desfavorável ao réu.

Contudo, na primeira fase, não há como considerar as **circunstâncias do crime** como negativas, mesmo porque não estão descritas na dosimetria, tendo o magistrado limitando-se à descrição genérica que alude o *modus operandi* do indigitado, o que não satisfaz ao princípio da individualização da pena.

Dessa forma, é de rigor a redução da pena proporcionalmente à exasperação dada pelo Juiz atinente às circunstâncias do crime, de forma que a diminuo em 06 (seis) meses, razão por que altero a pena-base para 8 (oito) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

No tocante à segunda fase da dosimetria cominada, constato que a insurgência do apelante também ressent-se de fundada razoabilidade.

No caso dos autos, a d. autoridade judiciária de primeiro grau, tratou o assunto da seguinte forma:

“Constato a existência de uma agravante a teor do art. 61, inciso I e II, letra C, reincidência, além de existir a atenuante da confissão prevista no art. 65, inciso III, letra D.

Assim, aplicando a regra insculpida no art. 67 do CPB, aproximando-me das circunstâncias preponderantes, os motivos determinantes do crime, a personalidade do réu, AGRADO a pena perfazendo o total de 10 anos de RECLUSÃO, tornando em definitiva, ante a falta de outras causas de aumento ou diminuição de pena.”

Alega a defesa, que o magistrado considerou a existência das agravantes a teor do art. 61, inciso I e II, “c”, fazendo prevalecer a reincidência sobre a confissão espontânea e aumentou a pena em 01 (um) ano, tornando-a definitiva em 10 (dez) anos de reclusão. Assim, de acordo com a defesa, o fez contrariando o entendimento jurisprudencial e doutrinário, que é no sentido de que, a confissão prevalece sobre a reincidência e/ou, no mínimo, se equivalem.

Analisando detidamente a sentença, neste ponto, percebo que a agravante genérica da reincidência, prevista no art. 61, I, do CP, fora equivocadamente aplicada pelo juízo de piso, tendo em vista que, analisando a ficha de antecedentes criminais do acusado (fls. 238/238v), conclui-se que, **apesar da existência de ação penal e inquéritos em curso contra o acusado, não existe condenação anterior em seu desfavor.** Logo, nos termos da Súmula de nº 444, do Superior Tribunal de Justiça, não pode o acusado ser considerado reincidente.

Além disto, com relação a agravante do art. 61, II, “c”, do CP (ter sido o crime cometido mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido), refere-se a uma qualificadora, que foi afastada pelo Conselho de Sentença.

Isto posto, **afasto o aumento de 01 (um) ano, consequência da exclusão das agravantes acima referidas, mantendo a atenuante da confissão, razão pela qual reduzo a pena, ainda, em 06 (seis) meses. Ausentes causas de aumento e diminuição de pena, fica definitiva em 7 (sete) anos de**

reclusão.

Muito embora o *quantum* de pena aplicada - 7 (sete) anos de reclusão -, permita a fixação do regime intermediário, não há reparos a ser realizado no regime inicial fixado, tendo em vista a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, quais sejam, a culpabilidade, a conduta social, a personalidade, os motivos e as consequências do crime. Assim, entendo que o regime inicial, mais adequado, efetivamente, é o **fechado**, para a prevenção e a repressão do delito praticado, nos termos do art. 33, § 3º, do Código Penal.

Nesse sentido, aponta a jurisprudência do STJ. Veja-se:

“HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. REGIME. IMPOSIÇÃO DO MODO FECHADO PENA INFERIOR A OITO ANOS DE RECLUSÃO. CULPABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO CONSIDERADAS DESFAVORÁVEIS. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO REGIME MAIS GRAVOSO. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, § 3º, DO CP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Na determinação do regime inicial de cumprimento da pena deve-se ter em consideração o disposto no § 3º do artigo 33 do Código Penal, segundo o qual a fixação do sistema carcerário observará os critérios listados no art. 59 do mesmo diploma.

2. O quantum de pena aplicada, portanto, por si só, não enseja o abrandamento do modo inicial de resgate da sanção quando as circunstâncias do caso concreto e a fundamentação indiquem a necessidade de uma maior repressão.

3. Não obstante a primariedade do paciente e ter sido a pena dosada em patamar inferior a 8 anos de reclusão, respeitada a previsão contida no art. 33, § 3º, do Código Penal, não há qualquer ilegalidade a ser reparada na imposição da forma fechada no caso, haja vista o modo extremamente violento com a qual a vítima - uma senhora idosa - foi abordada, e as consequências extremamente danosas, tanto física como psicologicamente, que a prática criminosa trouxe para a ofendida.

4. Ordem denegada.”

(HC nº 187.728/DF, Relator o Ministro JORGE MUSSI, DJe de 10/6/2011) *g.n.*

“PENAL. FURTO QUALIFICADO. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. DESFAVORABILIDADE. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. REGIME INICIAL FECHADO. MANUTENÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Se as circunstâncias judiciais não são favoráveis, dada a existência de maus antecedentes, não há ilegalidade na exasperação da pena-base, tampouco na imposição de regime prisional mais gravoso (fechado).

2. A desfavorabilidade das circunstâncias judiciais e a reincidência, inviabilizam (súmula 269/STJ) a imposição de regime inicial semiaberto, ainda que a pena final não ultrapasse 4 anos de reclusão (art. 33, §3º, do Código Penal), quanto mais o pretendido aberto.

3. Da mesma forma não se pode substituir a pena corporal por restritivas de direitos, porque, em tal caso, não satisfeitos os requisitos do art. 44 do Código Penal, notadamente os incisos II e III.

4. Ordem denegada.”

(HC nº 106.345/RJ, Relatora a Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 15/6/2011) *g.n.*

Pelo exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL E DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO DEFENSIVO**, reduzindo a pena para 07 (sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado. [...]”

Infere-se, pois, que **pretende o embargante, na realidade, modificar o conteúdo da decisão embargada para adequá-la a seu entendimento por meio da rediscussão da matéria, o que se mostra inviável**, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça nos arestos a seguir colacionados:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Nos limites estabelecidos pelo art. 619, do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado.

2. In casu, se inexistente vício a ser sanado, impossível acolher-se embargos declaratórios manejados com a pretensão de obter rejugamento com efeitos infringentes, especialmente se o acórdão objurgado encontra-se suficientemente fundamentado, pois verifica-se que os aclaratórios anteriormente opostos não foram conhecidos em razão de sua intempestividade, bem como por ausência de análise da questão da transação penal, por se tratar de inovação recursal e, ainda, pela não verificação da alegada prescrição da pretensão punitiva Estatal.

NOVOS EMBARGOS. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS ANTERIORMENTE. CIRCUNSTÂNCIAS NOVAS. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO PROCRASTINATÓRIA. BAIXA DOS AUTOS.

1. Verifica-se a intensão procrastinatória da presente petição, pois o embargante apenas reitera os argumentos expendidos anteriormente, deixando de colacionar novas circunstâncias capazes de desconstituir o acórdão objurgado. Dessa forma, certifique-se o trânsito em julgado deste AREsp e determine-se a imediata baixa dos autos independentemente de apresentação de novas petições pela defesa.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 401.086/MA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 19/05/2015)” *g.n.*

“PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Ausente contradição, obscuridade, omissão ou ambiguidade, são rejeitados os embargos declaratórios, que não servem à rediscussão do julgado.

2. O inconformismo do embargante com os fundamentos da decisão Colegiada, rediscutindo a matéria já decidida, com a intenção de fazer prevalecer o voto vencido, mostra-se incabível em embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1498157/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 17/03/2015)” *g.n.*

Ademais, sequer é necessário que o Tribunal se pronuncie sobre todos os argumentos trazidos pelo recorrente, quando alguns deles já se mostrem suficientes ao julgamento da causa. Neste sentido:

“PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO INTERNA. EXAME DA ILEGALIDADE ARGUIDA PARA FINS DE EVENTUAL CONCESSÃO DE OFÍCIO DA ORDEM.

1. Ausentes as omissões, são rejeitados os embargos declaratórios, que não

servem à rediscussão do julgado.

2. A obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais, prevista no texto constitucional, não impõe, ao Magistrado, o dever de responder a todos os questionamentos das partes, tampouco utilizar-se dos fundamentos que entendam ser os mais adequados à solução da causa, bastando a fundamentação suficiente ao deslinde da questão, o que ocorreu na espécie.

3. Inexiste contradição interna no acórdão que não conhece de habeas corpus, por ter sido impetrado em substituição a recurso especial, e segue no exame da ilegalidade arguida para eventual concessão de ofício da ordem.

4. Não constatada ilegalidade, simplesmente foi não conhecida a impetração, nos termos da jurisprudência desta Corte.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no HC 230.414/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 12/03/2015)” *g.n.*

“PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE MOEDA FALSA. ART. 289, § 1º, DO CP. IDONEIDADE DA FALSIFICAÇÃO. LAUDO PERICIAL OFICIAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL. ABSOLVIÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A agravante não apresentou argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. A violação de preceitos, dispositivos ou princípios constitucionais revela-se quæstio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

3. Está o relator, por força de lei, autorizado a proferir não apenas decisão concernente aos pressupostos de admissibilidade do recurso não admitido ou do próprio agravo, como, ainda, poderá, em certos casos, decidir relativamente ao mérito do recurso especial, a teor do disposto nos arts. 544, caput, 545 e 557, caput, do Código de Processo Civil, 3º do Código de Processo Penal e 34, XVIII, do RISTJ.

4. Não há falar em violação dos arts. 381, III, e 619 do Código de Processo Penal na hipótese em que a Corte de origem, em cognição exauriente, indica os motivos de fato e de direito em que se baseou para a solução do controvérsia.

5. A teor da jurisprudência desta Corte, os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão (AgRg no Ag n. 372.041/SC, Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 4/2/2002).

6. A Corte de origem não emitiu nenhum juízo de valor acerca dos arts. 564, IV, do Código de Processo Penal, 165 e 458, II e III, do Código de Processo Civil, mostrando-se devida a aplicação da Súmula 211/STJ.

7. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 435.852/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 06/05/2015)” *g.n.*

Bem se vê, que a argumentação empreendida nos embargos declaratórios trata de questões que já restaram devidamente fundamentadas no acórdão embargado.

Ao contrário do que sustenta a defesa, inexistem motivos para se configurar ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, não havendo *in casu*, que se falar em absolvição. **Há, portanto, uma simples tentativa de reexame dos autos, isto é, rediscussão das provas colhidas, a fim de modificar a decisão**

embargada para adequá-la ao entendimento do embargante, o que se mostra inviável em sede de embargos, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, em aresto a seguir colacionado:

“[...] VÍCIO. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISSCUSSÃO DO JULGADO. INADEQUAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Inexistente qualquer ambiguidade, obscuridade, omissão ou contradição a ser sanada, uma vez que o acórdão embargado explicitou as razões que levaram ao desprovimento do reclamo, não há como se acolher os declaratórios. 2. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já devidamente enfrentada e decidida pelo acórdão embargado. 3. Embargos de declaração rejeitados. (STJ – EDcl no RHC 45.525/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2015, DJe 13/02/2015)” *g.n.*

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DEFESA. PENAL. PROCESSUAL PENAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISSCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. MERO ESCLARECIMENTO ACRESCIDO.

1. Ausentes as omissões apontada, os embargos de declaração devem ser rejeitados, pois não servem à rediscussão do julgado.

2. **A pretensão de rediscutir a matéria decidida no acórdão embargado, materializada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos embargos de declaração.**

(...)

5. Rejeitados os embargos de declaração do Ministério Público Federal e dado parcial provimento aos embargos de declaração do paciente, apenas para fins de esclarecimento, sem alteração no resultado do julgamento.” (STJ – EDcl no RHC 50.054/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 18/12/2014)” *g.n.*

Desse modo, **observa-se que toda a matéria necessária ao julgamento da lide foi devidamente apreciada no acórdão recorrido, sendo totalmente impertinente o presente recurso.**

Diante do exposto, não estando presente nenhum dos requisitos do art. 619 do CPP, **REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

É como voto.

Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva, decano no exercício da Presidência da Câmara Criminal, dele participando também os Excelentíssimos Senhores Desembargadores **Márcio Murilo da Cunha Ramos, relator**, e Arnóbio Alves Teodósio. Ausentes justificadamente os Desembargadores Carlos Martins Beltrão Filho e Marcos William de Oliveira (Juiz de Direito convocado até o preenchimento da vaga de Desembargador).

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de Sessões da Câmara Criminal “Des. Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 02 de agosto de 2018.

Márcio Murilo da Cunha Ramos
Desembargador /Relator

